

## **Análise do processo de compreensão leitora na alfabetização com alunos de 2º ano do ensino fundamental I**

## **Analysis of the reading understanding process in literacy with 2nd year students of elementary school I**

---

*Ligia Alves de Negreiros*

*Universidad de la Integración de las Américas*

Minuta descritiva decorrente da pesquisa científica apresentada ao  
Programa de Pós-Graduação em Educação  
Curso de Mestrado em Ciências da Educação pela Universidad de la  
Integración de las Américas  
Orientador: Prof.º Dr. Alderlan Souza Cabral

DOI: 10.47573/aya.5379.2.90.7

## RESUMO

O presente estudo busca dar significado na importância da leitura, pois sub entende que é uma etapa considerada decisiva no processo da alfabetização e letramento, diante disso procurou-se saber: Quais os motivos que interferem no desenvolvimento da aprendizagem da compreensão leitora dos alunos que estão sendo alfabetizados? objetivo geral: Identificar como são realizadas as práticas de ensino da compreensão leitora e escrita nas séries iniciais do ensino fundamental I em uma escola Municipal do Novo Remanso – Zona rural do Município de Itacoatiara-AM/Brasil. É importante que o professor alfabetizador apresente estratégias de compreensão leitora para formar aluno ativo no meio social, desenvolvendo e ampliando suas habilidades de leitura e escrita. Processo metodológico se desenvolveu com uma pesquisa exploratória descritiva com enfoque quantitativo e qualitativo. Os principais resultados apresentam que os professores apresentam uma atitude positiva no sentido de rever ou redimensionar sua prática pedagógica. Quanto aos alunos percebeu-se um aproveitamento significativo no ensino aprendizagem.

**Palavras-chave:** educação. alfabetização/letramento. aprendizagem.

## ABSTRACT

This study seeks to give meaning to the importance of reading, as it is understood that it is a step considered decisive in the process of literacy and literacy. being literate? general objective: To identify how the teaching practices of reading and writing comprehension are carried out in the initial grades of elementary school I in a municipal school in Novo Remanso - Rural area of the Municipality of Itacoatiara-AM/Brazil. It is important that the literacy teacher presents reading comprehension strategies to form active students in the social environment, developing and expanding their reading and writing skills. Methodological process was developed with an exploratory descriptive research with a quantitative and qualitative approach. The main results show that teachers have a positive attitude in the sense of reviewing or resizing their pedagogical practice. As for the students, there was a significant improvement in teaching and learning.

**Keywords:** education. literacy/literacy. learning.

## INTRODUÇÃO

A leitura em sua prática traz inúmeros benefícios aos leitores e quando estimulada desde a infância os efeitos positivos no ensino e aprendizagem podem ser proveitosos. Como resultado as crianças desenvolvem concentração, memória, raciocínio e compreensão, estimulam a linguagem oral e expandem suas habilidades criativas. A leitura é a aplicação das ideias adquiridas, portanto, resume-se em atitude de averiguação, avaliação, crítica, reflexão, generalização, e o uso dos conteúdos lidos. Leitura é um processo dinâmico, e de integração, é um dos agentes responsáveis pela modificação do comportamento humano.

Em convivência com situações de alunos alfabetizando, que não desenvolvem habilidades de compreensão leitora significativa, surgiu a seguinte problemática da pesquisa: **Pergunta central:** Quais as práticas utilizadas pelo professor para o desenvolvimento de um leitor que compreende o que ler, e por que os alunos não desenvolvem as habilidades leitoras, compre-

ensão e interpretação textual? **Objetivo geral:** Identificar como são realizadas as práticas de ensino da compreensão leitora e escrita nas séries iniciais do ensino fundamental I na escola foco desta pesquisa.

A relevância do ensino da compreensão leitora está voltada para o aluno em processo de alfabetização e letramento, nesse processo a criança está aprendendo a desenvolver as habilidades de leitura e escrita.

É importante que o professor alfabetizador apresente estratégias de compreensão leitora para formar aluno ativo no meio social, desenvolvendo e ampliando suas habilidades de leitura e de escrita. Ao mesmo tempo, que, se ensina a escrever, se ensina a ler, o bom leitor é aquele que compreende bem o que ler, para assim escrever com autonomia. A leitura estimula o pensamento, melhora o vocabulário, aumenta a capacidade de interpretação e proporciona ao leitor um conhecimento amplo e variado de diversos assuntos.

## POLÍTICAS EDUCACIONAL E AS PRÁTICAS DE ENSINO

As leis que regem o desenvolvimento da educação no Brasil são redigidas com base na CF/1988, pois são garantidas em seu artigo 32. O Inciso I - expõe que a formação básica do cidadão é assegurada pelo Ensino Fundamental.

Em 2014 entrou em vigor o Plano Nacional de Educação (PNE) que determinava a erradicação do analfabetismo em seu primeiro inciso, mas por não alcançar o objetivo para o qual foi criado (alfabetizar as crianças até o terceiro ano do ensino fundamental), resultou na criação da Política Nacional de Alfabetização (PNA) no ano de 2019.

Antes de se aprovar o novo PNE para a alfabetização em 2019, foi homologado a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no ano de 2017 que também já foi modificada. Em sentido amplo, a educação está relacionada aos processos de formação que ocorre no meio social, onde os indivíduos estão diretamente envolvidos e fazem parte de um grupo social. Nesta relação, a prática educativa não está restrita a escola, mas existe um grande número de instituições e atividades sociais que resultam da organização econômica, política, social e jurídica e das diferentes formas de convivência humana. Partindo desse princípio se faz necessário uma reflexão sobre os direitos da criança e do adolescente que tem como base o Estatuto da Criança e adolescente (ECA) criado em 13 de julho de 1990, o mesmo (2010, p.23) discorre no art. 53:

As crianças e os jovens têm direito à educação destinada ao desenvolvimento pessoal, à preparação para o exercício da cidadania e à empregabilidade:

I- Igualdade de acesso de condições para o acesso a permanência na escola; II-Direito de ser respeitado por seus educadores;

III- Direito de contestar critérios avaliativos podendo recorrer às instancias escolares superiores;

IV- Direito de organização e participação em entidades estudantis; V- Acesso à escola pública e gratuita próxima a sua residência.

Também se tem para a garantia desse direito a educação a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) criada em 20 de dezembro de 1996 que trata exclusivamente sobre a educação, tendo como objetivo o pleno domínio da leitura, escrita e do cálculo e a educação, pois

disciplina a educação escolar e fortifica tal direito em seu artigo primeiro que expõe:

Art. 1º - a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Seção 1º - Esta lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

Seção 2º A educação escolar deverá vincular se ao mundo do trabalho e à prática social.

Art. 2º - da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) (2016, p.8) LEI Nº (9.394 de 20 de dezembro de 1996)

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Artigo 4º da LDB. O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

I -educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, organizada da seguinte forma: (redação dada pela nº12.796, de 2013):

- a) pré-escola; (incluído pela lei 12.796, de 2013);
- b) ensino fundamental; (incluído pela lei nº 12.796, de 2013);
- c) ensino médio (incluído pela lei nº 12.796, de 2013) (BRASIL, 1996).

Não existe sociedade sem leis e diretrizes que norteiem sua existência, pois são elas que asseguram os direitos, que segundo a mesma foi fundada na harmonia social e comprometida. Segundo o PNE em 2014 foi publicado no Brasil um relatório redigido por um grupo de cientistas, especialistas e pesquisadores que apresentaram conclusões sobre as práticas de alfabetização no país afirmando que, a formação dos professores alfabetizadores não acompanhou o progresso científico e metodológico nas décadas do século XX.

Mesmo com esses dados as políticas públicas para a alfabetização continuam ignorando grande parte, sendo assim o PNA entra em ação com o intuito de sanar essa falha e seguir com um objetivo e conceito claro de alfabetização. Diz esse relatório:

Define alfabetização como o ensino de habilidades de alfabetização em um sistema alfabético. O sistema alfabético é aquele que representa os sons da língua utilizando os caracteres do alfabeto (letras). [...] mais corretamente deve-se falar de alfabetização, que consiste no ensino e aprendizagem da leitura e da escrita [...] (BRASIL, 2019, p. 118)

Durante muito tempo se buscou uma definição para o conceito de alfabetização e atualmente o PNA veio para dar uma definição e nortear a alfabetização no Brasil, e dentro do mesmo ressalta a importância de se considerar a compreensão leitora como parte da alfabetização, pois como se pode considerar uma pessoa alfabetizada alguém que ler e escreve, porém não compreende o que ler.

Este cidadão permanece em situação de analfabeto funcional, pois tem limitações na leitura, compreensão e escrita. O mesmo expõe uma pirâmide na qual demonstra como estão divididos os níveis de literacia que incluem as habilidades de leitura, onde ao pé da pirâmide segundo o PNA:

Literacia básica (da pré-escola ao 1º ano do ensino fundamental): habilidade fundamental para a alfabetização, como a decodificação e o conhecimento de palavras de alta frequência que fundamentam virtualmente todas as tarefas de leitura. Inclui a literacia familiar, a literacia emergente e a alfabetização.

Literacia intermediária (do 2º ao 5º ano): habilidade de literacia comuns e muitas tarefas, incluindo estratégias genéricas de compreensão de textos, significados de palavras comuns, conhecimentos ortográficos e fluência em leitura oral. Literacia disciplinar (do 6º ao 9º ano do ensino médio): habilidade de literacia específicas para diferentes disciplinas, como história, ciências, matemática, literatura e artes (BRASIL, 2019).

Segundo o PNA (2019) é importante que o aluno passe por todos estes níveis, pois são fundamentais para desenvolver habilidades e competências da leitura e da escrita favorecendo toda sua vida escolar. Além de termos o PNA (2003) para nortear a educação tem-se também a BNCC que tem o conjunto de aprendizagens essenciais e indispensáveis a todos os estudantes, crianças, jovens e adultos do Brasil, a partir daí cada Estado adaptou. Segundo a BNCC, o seu Referencial Curricular, e no Amazonas não foi diferente. Após várias reuniões com as equipes da BNCC o Referencial Curricular Amazonense (RCA) foi analisado e aprovado pelo Conselho regional de Educação em novembro do mesmo ano e no ano de 2019. Segundo o RCA (2019, p. 20) o documento reforça seu processo democrático de construção em regime de colaboração e de como está estruturado.

As escolas públicas e privadas devem seguir as normas nela expressa desde o ano de 2017, nela a Educação Infantil deve oferecer aprendizagens com direitos de conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se. Diferente da educação infantil à abordagem da BNCC no ensino fundamental-anos iniciais é a progressão das múltiplas aprendizagens, articulando o trabalho com as experiências anteriores e valorizando as situações lúdicas de aprendizagem. Segundo a BNCC o ensino fundamental propõe o seguinte:

Estimula o pensamento lógico, criativo e crítico, bem como sua capacidade de questionar, raciocinar, interagir e expandir sua compreensão do mundo. [...] O conhecimento avança pela consolidação das aprendizagens anteriores e pela ampliação da prática linguística e da experiência estética e intercultural das crianças, levando em conta seus interesses e expectativas e suas necessidades de aprendizagem ainda não aprendidas (BRASIL/BNCC, 2019, p. 13),

Ainda, segundo a BNCC a criança deverá estar plenamente alfabetizada até o fim do 2º ano. De acordo com o PENAIC (Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa) criado em 2012 esse prazo era até o 3º ano do Ensino Fundamental, essas mudanças iniciaram a partir do ano de 2019 nas escolas de todo o Brasil.

A educação infantil é o primeiro nível da educação básica com a finalidade de desenvolver integralmente a criança até os seis anos de idade em todos os seus aspectos, físico, intelectual, psicológico e social e ainda agindo com o complemento da ação da família e da comunidade. A educação infantil é a primeira etapa da educação básica, e é oferecida com o intuito de complementação das ações entre família e comunidade onde tem por objetivo oferecer condições para o desenvolvimento mental, físico e intelectual, cognitivo, emocional como também o social do indivíduo.

Dentro do campo educacional, a importância da educação-infantil não reside no quanto à criança pode aprender, mas na maneira com aprendem, e o que isso representa para ele. A educação é igual ao crescimento à criança de dentro para fora, cresce pelo desenvolvimento do seu organismo, do intelectual e moral ao mesmo tempo. Através desse desenvolvimento as

crianças têm motivação e criatividade, também os métodos da escola quanto ao ensino devem ser flexíveis, isto é não rígido permitindo adaptação ao nível de classe dar margem ao aluno da educação infantil para reagir segundo suas próprias capacidades e tendências. Isso significa que o método aplicado não deve ter objetivo de igualar todos os alunos. Na realidade cada aluno tem sua maneira de aprendizagem. Segundo Souza (2014, p. 74) diz que:

Há tantos tipos de aprendizagem quantas são as condições que para as crianças podemos distinguir. Essa variedade pode ser diferenciada por meio da descrição dos fatores que incluem as condições de aprendizagem da criança. Logo que se percebe que uma criança não aprende, deve-se procurar estimular e dar motivação, dando condições de criatividade naquilo que ela imaginou, porque muitas delas já trazem suas potencialidades de casa, mesmo tendo 5 anos de idade.

Nesse sentido a escola através do professor da educação infantil, se torna um fator importante no processo de identidade dessa criança. A interação professor aluno é a dinâmica de grupo, já que o ensino dessas crianças é em grupo, são muito mais complexas de que o relacionamento familiar. Sabine (2014, p. 81) diz que:

Em todas as culturas, é por volta dos cinco anos de idade que a criança começa a receber algum tipo de instrução sistemática. Em alguns casos essa instrução não é fornecida pelo professor. Assim, a criança descobre que a aceitação ou rejeição social depende de suas realizações.

Para se tornar professor de educação infantil e assumir aulas, a leitura de Carl Rogers se faz obrigatória, pois este autor observa que a verdadeira educação infantil é aquela que contribui para o desenvolvimento da inteligência e para a formação da personalidade, do autoconceito, do pensamento crítico, da independência, da responsabilidade e ainda do espírito cooperativo e da amizade. No entanto, na prática uma leitura mecanicista superficial, não faz com que a maioria, de seus professores, conseguisse trazer para suas práticas a teoria, o discurso (SABINE, 2014).

O discurso oficial se diz preocupado em construir práticas inovadoras no interior das escolas e traz para apreciação de todas as novas teorias e práticas em Educação através de rica programação de eventos que incluem: palestras, oficinas, cursos, seminários, congressos. Assim, como hoje ainda, não se conta com profissionais na equipe técnica, nas escolas, que ajude aos professores a reflexão da própria prática, a fim de transformá-la a luz das novas teorias e práticas. O professor deve ir a busca de qualificação, de metodologia para boa aprendizagem (SOUZA, 2014).

É determinante enfatizar a importância desta nova visão para a educação infantil como ponto de partida para a construção de uma proposta educacional consistente. Falando da importância da cultura, do conhecimento que o aluno traz, da sua leitura de mundo, impulsiona a responsabilidade dos professores a serem históricos, críticos, conhecedores, construtores e transformadores da realidade. A educação infantil é à base do aprendizado, porque nela atende os interesses das crianças através da criatividade. Assim, a ânsia pela mudança, às vezes causada pelo entusiasmo ao novo, às vezes pela pressão das crianças através de suas insatisfações ou comportamentos inaceitáveis, levam boa parte dos professores a fazerem uma ou outra modificação nas suas práticas, quase sempre apenas metodológica (PADOVAN, 2015).

A relação professor-aluno continua a ser a mesma: baseada e centrada no poder do professor sobre o aluno, onde o professor é o único capaz de propor o melhor ao aluno, ou centrada no aluno onde ele determina sozinho o que quer fazer ou ter, e, o professor um mero condutor de seus desejos (SOUZA, 2014).

Neste sentido, a Lei de Diretrizes de Bases da Educação – LDB, Nº. 9.394/96, a despeito das pressões de setores organizados da sociedade determinou uma nova visão e uma nova missão para a Educação Infantil:

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica como finalidade o desenvolvimento integral da criança de 0 a 5 anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Art. 30. A educação infantil será oferecida em: I – creches, ou entidades equivalentes, para crianças de a 2 anos de idade; II – pré-escolas, para as crianças de 3 a 5 anos de idade.

Art. 31. Na educação infantil a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental.

Como se vê, a educação infantil, antes relegada a um nível inferior, ganhou uma nova visão e missão devido às rápidas mudanças da sociedade atual, que exigem novas competências dos profissionais que nela atuam para atender às demandas, não só do mercado de trabalho, mas de sobrevivência em uma comunidade em que se faz necessário um conhecimento cada vez mais diversificado. Mas para isso é necessário que o professor tenha uma visão de interesse e crie uma situação que ele possa resolver através da criatividade. A solução para esta situação é sempre boa porque refresca o professor e estimula o aluno. Segundo Campos (2017, p. 15) diz que:

A aprendizagem é um processo tão importante para o sucesso da sobrevivência do homem que foram organizadas por meios educacionais e escolas para tornarem a aprendizagem mais eficiente. As tarefas a serem aprendidas são tão complexas e importantes que não podem ser deixadas para obra do acaso.

Dependendo do professor a criança da educação infantil não encontra dificuldades no aprendizado, haja vista que o mesmo é preparado, qualificado para tal, figura nessa visão como prática profissional e não como expectador, mas como inspirador de confiança (SOUZA, 2014).

As escolas responsáveis pela formação dos sujeitos que atuam nesta sociedade devem se transformar para contribuir com a formação de cidadãos capazes de informar, ampliar essas informações, engajar-se no mundo do trabalho dentro de uma ética de posicionar e movimentar a vida. , com responsabilidade compartilhada. A criança sempre extrapola o processo educativo para além da sala de aula, da importância do aluno ser participante ativo de seu processo de aprendizagem, inclusive no planejamento e avaliação do mesmo, do papel da autonomia e do desenvolvimento da criticidade na formação dos educandos (SABINE, 2014).

Do papel da constituição de coletivos dentro e fora da escola. Do papel transformador da realidade da escola e do educador. Da importância de novas posturas frente às relações professor-aluno, novas metodologias, novas tecnologias a serviço da aprendizagem significativa. As pessoas mais indicadas para definir o que é melhor para as crianças são elas mesmas. Caberia nesse sentido ao professor o papel de desafiador (criando ambiente propício) e condutor da sistematização do conhecimento descoberto, construído pela criança (SABINE, 2014).

## Educação e direitos sociais

O papel da educação é apresentado, fazendo parte dos direitos sociais de cidadania, onde se acredita que esses direitos garantem a participação do cidadão no desenvolvimento social, e tem como valor básico a justiça e a igualdade, é uma condição fundamental para o ade-

quado funcionamento da democracia (NEGREIROS, 2011, p.13).

Cidadãos alfabetizados podem desempenhar seu papel com eficácia na sociedade, utilizando a mesma como ferramenta estratégica de mudança no dia a dia, é um requisito para a plena ação política da cidadania. Segundo o ECA, afirma que:

Art. 57. O poder público estimulará pesquisas, experiências e novas propostas relativas a calendário, seriação, currículo, metodologia, didática e avaliação, com vistas à inserção de crianças e adolescentes incluídos do ensino fundamental obrigatório.

Art. 58. No processo educacional respeitar-se-ão os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social da criança e do adolescente, garantindo-se a estes a liberdade da criação e o acesso às fontes de cultura (BRASIL, 1990).

Como se pode perceber, o ensino educativo é em si mesma formação trabalho, pois, se reveste de uma utilidade social, muito embora não produza bens materiais, produz a atividade intelectual, promovendo a existência material. A ação educativa é preparação para o trabalho, visando inserir os homens das novas gerações no universo da produção. A educação transforma a vida do trabalhador, pois desenvolve o cidadão ao trabalho.

Acontece mediante práticas de trabalho, afinal inúmeros trabalhadores são necessários para que a escola desempenhe seu papel. A educação é uma ação social e universal, considerada como atividade humana essencial para a existência e o fundamento de todas as sociedades existentes. Cada sociedade tem por função cuidar da formação dos indivíduos auxiliando-os no desenvolvimento de todas as suas capacidades e prepará-los para participar da vida social de forma ativa e transformadora em suas várias instâncias. Segundo LDB em art. 3º (1996, p. 6):

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; III

– pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; IV – respeito à liberdade e apreço à tolerância;

Segundo a Lei LDB não há sociedade sem processo de educação e está sem sociedade, desta forma, a educação não se restringe a uma exigência da sociedade, mas uma necessidade de oferecer aos indivíduos conhecimentos e experiências culturais, que favoreçam sua inserção na sociedade, podendo, transformá-la de acordo com as necessidades econômicas, sociais, políticas e culturais do meio em que vive.

Um simples desenho que um educando construa durante seu processo de alfabetização desenvolverá seu processo de aprendizagem cartográfica, pois a partir dela eles conseguem perceber o meio em que vive através de pontos significativo.

A educação tem o papel de transformação revisitando a memória cultural, sendo assim, incentivar a cultura alfabetizada aos participantes da escola é cumprir o seu papel e como meio que conecta as pessoas ao mundo alfabetizado. Cumprindo a inserção do cidadão ao meio participativo da cultura alfabetizada, não deixando de lado a necessidade de se ter essa formação para assim galgar o mundo da cultura letrada. Considera-se que através da prática educativa a sociedade influencia os seus indivíduos, e estes vão se tornando prontos a estabelecer uma relação de atuação e transformação na coletividade.

As influências que o indivíduo pode oferecer estão relacionadas com conhecimentos,

experiências, valores, costumes e crenças transmitidos através das gerações e grupos e são assimilados e transformados por uma nova geração.

Para tanto devemos romper com o modelo educacional atual, pois encontra-se ultrapassado, e cabe à equipe pedagógica se unir e trabalhar voltado para essa mudança com novas formas de trabalho didático e com práticas inovadoras, das quais temos autores que nos embasam nesse desenvolvimento de estratégias de leitura da autora Piccoli e Camini (2012), que afirmam e demonstram como desenvolver na prática.

A escola é um bem reconhecido pela sociedade como oferecedora do saber e do conhecimento, pois é nela que se encontra a aprendizagem que necessita-se para nos incluir no meio em que se vive logo não se pode ser considerado alfabetizado sem o corpo pedagógico da escola que se faz necessário para, enfim, acontecer de fato à alfabetização.

Compreende-se então que ela satisfaz as necessidades humanas, levando o cidadão ao mundo da escrita e da leitura necessários para se participar na sociedade de fato, sendo um bem cultural da cultura letrada com fins educacionais. Neste sentido a educação se consolida em instituições destinadas a este fim e que sejam instituições escolares ou instituições com finalidades de instrução e ensino, mediante uma ação consciente, deliberada e organizada. Para que está de fato ocorra, todos os meios políticos econômicos e culturais devem estar com o objetivo voltado para a educação.

## Avanços com relação à alfabetização

Uma breve abordagem dos muitos avanços com relação à alfabetização no Brasil, pois, a história da Leitura iniciou-se com muita discriminação. Segundo Conceição (2011) apenas aos senhores portugueses eram lhes assegurado o direito da alfabetização, permanecendo, assim, por um longo período, até meados do século XIX. Nessa época praticamente, não existiam livros.

Segundo Boas e Hunhoff, (2017, p. 6), quando os Portugueses aportaram no Brasil em 22 de abril de 1500, depararam aqui com habitantes nativos que possuíam cultura própria e, fundamentalmente um sistema linguístico também próprio. Então foram denominados de índios, porque os portugueses acharam que tinham aportado nas Índias.

E sendo assim, encontraram um sistema linguístico bem definido, como informam os referidos autores, dessa forma sendo necessário que se providenciasse um sistema de ensino da língua portuguesa aos índios para facilitar a comunicação, já que havia uma enorme distância entre o que se falava aqui e a língua portuguesa.

Não de palavras escritas em Português antes do século IX. Mas há partir desse século encontra-se documentos e/ou monumentos que trazem referências da língua, mas como documento formal o primeiro é o “Testamento de D. Afonso II” do século XIII que descreve com clareza todo o enunciado do referido testamento, escrito em um português bem diferente do português de hoje; O “em” de hoje era “en”: “Graça” era “gracia”; “sendo” era “seendo”; “minha” era “mia” e assim sucessivamente. (BOAS e HUNHOFF, 2017, p. 6).

Assim, o referido testamento embora escrito de forma bem diferente do Português falado e escrito dos dias de hoje, o que demonstra uma evolução natural do idioma e isso se deu em função de vários aspectos, dentre eles, o contato das línguas com outros povos e, principalmente, em função das palavras e da escrita, e ser resultado de relações sociais, ou seja, neste contexto inicial é importante que a linguagem seja uma prática social, a extensão do território da

confiança.

## **PERSPECTIVAS METODOLÓGICAS**

A presente pesquisa deu-se em uma escola Municipal localizada na Vila de Novo Remanso faz parte da divisão administrativa do município de Itacoatiara e se localiza na região Médio Amazonas. Fica a 214 km de Manaus e 130 km da cidade de Itacoatiara. Sua população é de 16.000 habitantes, segundo o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2010), sendo que 9.000 habitam a Vila de Novo Remanso e 7.000 habitam a área rural da localidade. Se desenvolveu uma pesquisa exploratória descritiva com enfoque quantitativo e qualitativo.

Os participantes da pesquisa foram 6 professoras alfabetizadoras, sendo 4 professoras alfabetizadoras que atendem alunos de 1º ao 3º ano dos anos iniciais, e 2 professoras são da turma pesquisada de 2º ano do ensino fundamental dos anos iniciais. A pesquisadora usou um questionário para sua coleta de dados. A presente obra é uma síntese de uma pesquisa técnica científica de mestrado.

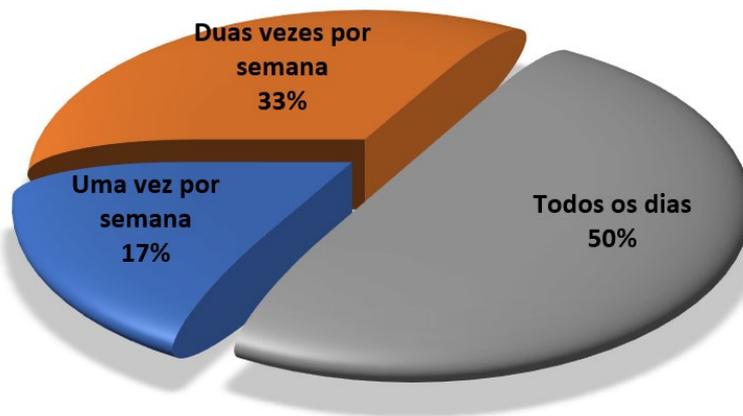
## **ANALISE DE RESULTADOS**

As práticas da compreensão leitora são organizadas no processo quando o aluno começa a buscar estratégias e compreender que ler e escrever é conhecer os signos e dar significado aos mesmos. O código da escrita é um sistema de representação que cada educando reconstrói até estar plenamente alfabetizado.

Muitos dos estudos influentes sobre as experiências emergentes de alfabetização das crianças foram focados quase inteiramente na alfabetização impressa. Tem havido pesquisas menos extensas sobre crianças e práticas de alfabetização emergentes em relação a definições mais amplas de alfabetização que incorporam tecnologia e formas multimodais de construção de significado. Ao longo dessa análise da pesquisa o termo alfabetização é usado para se referir a essas práticas e eventos de alfabetização que são mediados pelas professoras entrevistadas.

Quando se perguntou dos professores com que frequência se trabalha tais práticas as respostas foram:

**Gráfico 1 - Frequência das atividades em sala de aula**



**Fonte: A pesquisadora (2019)**

Ficou comprovado graficamente que 33% dos entrevistados trabalham duas vezes por semana; 17% trabalham apenas uma vez por semana e 50% alegaram que trabalham todos os dias. Para a maioria dos autores, a leitura deve ser realizada na sala de aula com frequência todos os dias, pois a cada aula sem importar a disciplina realiza-se leituras e a partir delas desenvolve-se ensino de compreensão leitora; Então deve-se buscar ensinar a compreender sem se importar se é na disciplina de Português ou outra disciplina o importante é desenvolver a competência de compreensão leitora em cada aluno. Para Sanches *et al.* (2012, p. 133).

Existem vários tipos de estratégias de leitura e que são essenciais para a aprendizagem dos alunos. Segundo Sanches *et al.* (2012, p. 94):

Escolher, por um lado, o que se deseja obter com a leitura e, por outro, quais são as estratégias mais adequadas para atingir esse fim caso surja algum problema. Consequentemente, os objetivos principais de um plano para fomentar a competência leitora poderiam ser dois: 1. Que os alunos sejam capazes de controlar a compreensão, isto é, de manter o diálogo consigo mesmo sobre o que espera do texto e o que está ou não conseguindo; 2. Que possam pôr em ação as estratégias necessárias quando o que se deseja não é alcançado espontaneamente.

Segundo Lima (2015) é importante que durante o ensino desenvolva-se as estratégias de compreensão leitora, pois elas servem para a vida em sociedade.

A compreensão leitora é um processo pelo qual as estratégias e habilidades cognitivas necessárias para compreender, analisar e extrair significado do texto são simultaneamente empregadas para compreender a linguagem escrita.

O leitor possibilita interpretação, questiona a narrativa para que possam emergir novos significados, o que faz com que o aluno tenha maior visão e entendimento educacional.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente estudo apresentou alguns pontos de partida, que remete a várias reflexões a respeito das estratégias de compreensão leitora na alfabetização, e como acontece esse ensino e aprendizagem na escola. Pois é importante compreender como são realizadas as práticas de ensino da compreensão leitora na alfabetização e a interpretação textual, que ajudem na aprendizagem significativa para que os alunos possam aprender a ler, compreender e escrever com

autonomia.

Ler, não é apenas passar os olhos por algo escrito, nem fazer a versão oral descrita, mais sim garantir ao indivíduo um espaço na sociedade para a interação sistemática com a informação veiculada cotidianamente, contribuindo assim, para a formação de cidadãos críticos na construção e reconstrução de novos conhecimentos, fazendo com que o indivíduo perceba-se como ser histórico social.

Deve-se pensar nas estratégias de compreensão leitora como importante meio de dirigir às potencialidades do indivíduo desenvolvendo as habilidades essenciais a sua integração consciente a sociedade que faz parte. Esse processo de interação do sujeito com o seu mundo implica em comunicação, que se dá a partir do contato consciente como a pluralidade de significados a que o sujeito expõe, isso acontece através dos mais diversos linguísticos e da leitura dos atos humanos, a comunicação e o próprio processo de interação dá-se nos momentos em que o ser humano estiver aberto à sua realidade.

A má formação e qualificação dos professores na área de alfabetização contribuem para que os alunos não façam uso correto dos livros didáticos, livros de gêneros textuais, e consequentemente das estratégias de leitura, isso agrava no momento em que o aluno vai desenvolver sua atividade e falta-lhe o conhecimento, pois o professor não o instrui corretamente, para que assim esse aluno possa desenvolver as habilidades de compreensão leitora de forma competente e autônoma.

As pesquisas são constantes, os problemas também avançam e precisa-se urgentemente como educadores nos unir-nos com a finalidade de obter êxito no trabalho educativo onde as buscas são diversas dentre em meio em que se vive para preparar os alunos a um futuro promissor.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Política Nacional de Alfabetização - PNA. Brasília: MEC, 2019. Versão digitalizada.

CONCEIÇÃO, R. Letramento literário: teoria e prática. São Paulo: Contexto, 2011.

LIMA, R. de P. L. de.; SOARES, D. Z.; SILVA, M. das G. S. N. Desafios e oportunidades da gestão escolar: Biblioteca, espaço de leitura e desenvolvimento da criatividade e do espírito crítico. Curitiba: Editor CRV, 2015.

NEGREIROS, J. de A. Diálogos e intersecções. Porto Alegre: ArtMed, 2011.

PADOVAN, M. G. História da pedagogia. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2015

PICCOLI, L.; CAMINI, P. Práticas pedagógicas em alfabetização: espaço, tempo e corporeidade/Luciana Piccoli e Patricia Camini; ilustrações de Eloá Guazzelli. - Erechim: Edelbra, 2012.

SABINE, L. A. Fracasso escolar: estigma da escola brasileira: crianças com problemas de aprendizagem. São Paulo: Rodrigues Alves, 2014.

SOUZA, É. B. L. P. Encantando a Educação. Rio de Janeiro: ed. Sprint, 2014.